SEMINA
Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

UPF
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c.1884-c.1920)[i].

Modest but independent life: dependents, rural workers and small producers in the meridional frontier of Brazil (c.1884-c.1920)[i].

Vida independiente, aunque modesta: dependientes, trabajadores rurales y pequeños productores en la frontera sur de Brasil (c.1884-c.1920)[i].

Alan Dutra Cardoso[ii]

Em 1878, Porfirio Fidelis, criador casado e com 32 anos, apresentou-se às autoridades de Uruguaiana, município fronteiriço da pretérita província do Rio Grande do Sul, para prestar depoimento em um processo de acusação contra um de seus agregados. De acordo com os autos, o jornaleiro montevideano Daniel Ferreira dos Santos e um outro, de nome José Antônio, teriam omitido informações da Justiça quando da condição de testemunhas em um outro crime, o assassinato de Felipe José Barbosa.

Na inquirição, Fidélis foi indagado sobre as condições de vida e de trabalho de Daniel Ferreira, com o intuito de afiançar se, naquele contexto, a profissão ou os ofícios poderiam lhe assegurar uma "vida independente, ainda que modesta" (p. 149). Essa frase, que em nossos dias pode soar com certa estranheza, foi uma das muitas identificadas por Guinter Leipnitz nos processos criminais e cíveis analisados no decorrer da escrita de sua tese de doutoramento. Seu objetivo central foi a de esquadrinhar a complexa realidade em que estavam inseridos dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores nessa região de tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Desta forma, aquelas palavras – se vistas como uma síntese –, são mais do que a alcunha de uma tese convertida em livro: elas expressaram, àquela altura, a linha tênue entre a dependência e a independência, acionada pelos distintos grupos sociais em uma

conjuntura de transformação das relações socioeconômicas no campo. Ademais dos "Fidélis", foram outros "Danieis" e "Josés" perseguidos pelo autor, para assim dar nome e sobrenome a jornaleiros, agregados e tantos outros envolvidos em querelas judiciais e em movimentos de defesa das práticas costumeiras.

Hoje professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Guinter Leipnitz pode ser considerado tributário de uma historiografia que se debruçou – e segue a se debruçar – sobre temas relativos às relações de propriedade, conflitos agrários, fronteiras entre trabalho livre e escravo e a ação dos setores mais pobres da sociedade rural. A singularidade de sua obra está no movimento de dar voz a diversos indivíduos que circulavam, viviam e se organizavam na chamada Campanha rio-grandense, em um quadro marcado pela abolição da escravidão e pela mercantilização e restrição do acesso à terra, assim como pelos consequentes impactos deles oriundos – sejam eles econômicos, culturais ou sociais.

À semelhança de tantos outros que se dedicaram a produzir uma radiografia do mundo rural, o autor realizou um grande levantamento documental com o desejo de, ainda que com conscientes lacunas, desvelar práticas e modos de vida da região em análise. São estatísticas, correspondências da câmara municipal, os Códigos de Posturas, relatórios da Presidência da Província, memórias históricas e uma série de processos crime e alguns outros, como os processos de despejo. Mais do que gerar as tabelas e gráficos característicos de uma metodologia seriada, os documentos perscrutados passaram por uma análise crítica e qualitativa, cujo resultado sintetizou uma história que traz à luz uma pluralidade de sentidos, dados pelos subalternos, à realidade em que estavam inseridos.

Em primeiro lugar, é digno de nota mencionar o esforço do autor em apresentar, a partir das fontes pertinentes, os aspectos demográficos e sociais de Uruguaiana na virada do século XIX para o XX. Esses dados, a despeito dos hiatos que apresentam, são, até então, pontas de lança para se refletir sobre distintas particularidades sociais, em virtude das valorosas informações que os constituem. Em outras palavras, apesar de consolidarem em gráficos, tabelas e tantos outros elementos que causam estranheza em muitos historiadores e no público em geral, os dados arrolados nos censos, recenseamentos e levantamentos públicos permitem constatar, por exemplo, a evolução populacional, o perfil demográfico, a circulação de indivíduos entre cidades e países limítrofes, dentre outros componentes fundamentais para uma análise sócio-histórica mais adensada.

Tais aspectos, somados à inventariação dos estabelecimentos rurais, dos animais de pasto e das numerosas categorias ocupacionais, desnudam uma realidade mais complexa no interior da Campanha rio-grandense. Sobrepondo-se, desta maneira, às leituras dicotômicas, o autor mais do que suplantou a oposição estancieiro-peão. Para além das categorias observadas nas diversas fontes – como peão, agregado, criador, jornaleiro, etc. –, verificou uma fluidez entre e no interior delas, como consequência das relações estabelecidas por esses agentes com outros indivíduos ou grupos sociais. Essa dimensão é balizar para a tese de Leipnitz, pois se aferiu como tais relações foram pautadas por vínculos de dependência que consolidaram costumes e, consequentemente, legitimam a posição social dos indivíduos.

Desta forma, mais do que esquadrinhar a teia de trabalhadores característica da região, Leipnitz constatou como o cenário de transformação socioeconômico no Brasil e no Prata incidiram diretamente sobre aquela. Com o avanço da privatização das terras e do progresso tecnológico no campo, em uma conjuntura de pós-abolição e de explosão demográfica, o autor percorreu os caminhos pelos quais passaram "dependentes" e independentes", agregados ou não, com o objetivo de demarcar a percepção desses últimos sobre àquelas questões. Mais do que constatar a imposição dos mais ricos frente aos mais pobres – ou da fixação direita e absoluta dos novos regimes jurídicos sobre esses últimos sem nenhum tipo de resistência – comprovou-se que, ao contrário, houve resistências em distintas esferas, com especial expressão no âmbito do judiciário.

Antes de pormenorizar os aspectos centrais dos conflitos jurídicos, Guinter Leipnitz apresentou tantos outros Josés e Danieis. Após traçar a composição geral característica da Campanha, e de Uruguaiana em particular, o autor se preocupou em dar nome e sobrenome aos sujeitos sociais mais pobres, com especial atenção para os jornaleiros e agregados. Assente em uma bibliografia especializada sobre o tema da dependência, buscou traçar os aspectos mais gerais daqueles grupos, com o intuito de melhor observá-los no mundo do trabalho e na sociedade de uma forma geral. Começou, assim, a rascunhar os rostos e vozes de Serafim Velásquez, Avelino Salina, Júlio Moraes, Mariano José da Silva, Isidro Soares Machado e tantos outros.

No desdobramento das análises, se tornou perceptível a necessidade de um olhar mais atento aos agregados. Ao retomar o período colonial, o autor discute, a partir da bibliografia pertinente, o papel de "criador de direitos" assumido por aqueles e seu

enraizamento territorial no Brasil e nos países lindeiros. Todavia, alertou para o fato de ser a relação de agregação "[...] sempre muito difícil de ser apreendida e entendida em seus detalhes", até aquele momento pouco explicada nos trabalhos acadêmicos (p. 170).

Com a finalidade de ampliar as leituras sobre a questão, o investigador compilou, tabelou e indagou uma série de processos do município de Uruguaiana entre os anos de 1877 e 1904. Nestes documentos, foram dois os aspectos mais determinantes: o arrolamento dos indivíduos com moradias em terras alheias; assim como tantos outros onde estava explícita a relação de agregação. Ao considerar o critério de moradia como "[...] indício de um vínculo de dependência" (p. 171), aferiu como ambos grupos eram frequentemente "jornaleiros". A despeito das distinções mais diretas – como a idade, estado civil e local de nascimento – foi uma outra que singularizou os agregados frente aos que apenas moravam em terras alheias.

Ressaltar este aspecto é importante para compreender outra questão central da obra: o desaparecimento desses grupos, sejam os moradores de terras alheias, sejam os agregados, na virada do século XIX para o XX. Com o avanço da divisão das propriedades e da consolidação da propriedade privada, houve "[...] um maior cerceamento da possibilidade de acesso à terra pelo consentimento de outrem" (p. 175).

Outro fator de extrema importância são as redes estabelecidas pelos diversos agentes sociais, especialmente contempladas no escrutínio das fontes jurídicas. Nessas, a figura das testemunhas desempenha um papel-chave, com impacto direto sobre a opinião pública e também o judiciário[iii]. Na percepção sobre acusados e acusadores, era necessário reafirmar a condição dos querelados a partir da opinião dos vizinhos, conhecidos e comunidade[iv]. Em muitos casos, como pôde ser evidenciado no decorrer de toda tese, as opiniões emitidas por aquelas, nas inquirições, tiveram certa relevância em muitas decisões impostas pela justiça.

Ademais das questões normativas, as falas das testemunhas também rascunharam elementos centrais da vida cotidiana, com a proeminência dos *costumes*. Seja no acesso à terra, na carneação das reses ou na apropriação de animais alheios, a defesa – ou justificação – das ações a partir das práticas costumeiras eram frequentes. Neste sentido, em um quadro, como já destacamos, de mudanças estruturais no campo, serão tais práticas combatidas em nome da defesa da propriedade individual e absoluta.

Um dos aspectos centrais da tentativa de hegemonizar as práticas sociais se deu mediante a coerção social e jurídica. As Posturas Rurais tinham o propósito de deter as resistências cotidianas às mudanças sociais e econômicas da região, para além de consolidar o domínio da lei frente ao costume e normatizar as relações sociais no campo. Ao verificar a proeminência dos Códigos do Uruguai e da Argentina na compilação de Uruguaiana, o autor, inspirado no historiador marxista inglês E. P. Thompson, pôs sob escrutínio o marco legal, com o intuito de melhor observar suas fissuras.

Como arena de disputas, a legislação aprovada no início do século XX, em Uruguaiana, foi objeto de controvérsias não apenas entre grupos sociais distintos, mas também dentro das frações das classes dominantes. Padronizado e estruturado de forma semelhante aos códigos dos Estados lindeiros, as Posturas Rurais da cidade brasileira estavam inseridas em um contexto mais amplo de padronização das legislações na região do Pampa, em virtude das semelhantes dinâmicas do mundo rural platino (p. 234). Todavia, a despeito dessa aproximação, os grupos dominantes divergiram quanto à regulamentação de algumas práticas, a exemplo da necessidade de registro e marca do gado (p. 237-238).

Com resistência dos chamados "fazendeiros mais importantes", consultados à época pelo intendente municipal, aprovou-se um marco legal que atendeu ao interesse dos mais poderosos, na defesa da propriedade da terra e do gado a partir de novos elementos, como as cercas e as novas raças de gado. As práticas costumeiras que atendiam aos projetos daqueles, longe de serem vistas como obsoletas, foram dotadas de sanção legal. Desta forma, deu-se valor jurídico a costumes que atendiam aos interesses dos mais abastados, ao mesmo tempo em que os mais pobres foram constrangidos a abandonar muitos de seus costumes – como a de circular livremente pelos campos ou de realizar caças.

Foi neste ambiente que se intensificou, então, as disputas, "pelos debaixo", na defesa de seus direitos. Conforme aponta o autor, para eles a querela não é prioritariamente marcada pela ambição por recursos, mas pela guarda de práticas sociais que garantiam sua própria sobrevivência. Em outras palavras, quando pormenorizamos as ações de jornaleiros, agregados, pequenos produtores, etc., estamos a desnudar a tentativa, por parte deles, de salvaguardar suas fontes de subsistência e autonomia.

Ao desvelar o recrudescimento de autonomia por parte dos mais pobres, o autor apresenta os conflitos ao redor dos direitos de propriedade, ancorado especialmente nos processos de despejo. Concentradas especialmente na virada do século XIX para o XX, os litígios sintetizam os aspectos até aqui revelados: a tentativa de normatização de práticas costumeiras, o reordenamento jurídico da terra e do trabalho e a retração da fronteira agrária. Todavia, apesar de presentes, eles não incidiram de forma absoluta sobre as relações de propriedade e os conflitos ao redor dela.

Para o professor da UNIPAMPA, foram as relações pessoais e seus mecanismos de pressão que, dia após dia, reconfiguraram e constituíram aquelas relações. Assente na definição de propriedade proposta pela historiadora catalã Rosa Congost, buscou compreendê-la enquanto relação social "de carne e osso", "[...] como produto de um entrecruzamento entre práticas, costume, interpretações dos discursos e textos legais, e a desigualdade das forças em contato" (p. 326).

Em virtude do que foi mencionado até aqui, invitamos ao leitor que mergulhe pelos tortuosos caminhos pelos quais passaram jornaleiros, agregados, pequenos trabalhadores e tantos outros. A tese de doutoramento de Guinter Leipnitz, notável contributo aos estudos da História Agrária convertida em livro premiado pela ANPUH-RS, nos faz o mesmo convite que os historiadores mais compenetrados escutaram em 2019: atentar para a história que a História, em geral, não conta; enxergar os lugares, conhecidos ou não, pelo avesso; e, talvez o mais importante, chamar a atenção para que o Brasil, uma vez mais, saiba que chegou a vez de ouvir os Josés, os Danieis e os Isidoros[v].

Submetido em: 16/03/2020
Aprovado em: 08/04/2020
Publicado: 1º/05/2020

i LEIPNITZ, Guinter Tlaija. *Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c.1884-c.1920).* Prefácio de Rosa Congost. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008, 354p.

ii Aluno do Doutoramento em História da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador júnior do *Proprietas*, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Bolsista da CAPES e editor-chefe da *Cantareira*, periódico discente da UFF. E-mail: alandutra@proprietas.com.br

iii A historiadora fluminense Márcia Motta, em sua tese de doutoramento, chama a atenção para o papel desempenhado pelas testemunhas, cf. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998.

iv Um afinamento dessa discussão pode ser visto em: PAES, Mariana Armond Dias. *Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1889).* São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito (Tese de doutoramento), 2018.

v As palavras finais fazem referência ao enredo de 2019 da Estação Primeira de Mangueira, "História pra Ninar Gente Grande".